



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

RESOLUÇÃO CERH/MS N° 16, de 15 de Dezembro de 2011

Aprova o Regimento Interno do
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio
Ivinhema.

O Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no
uso das suas atribuições legais e,

Considerando parecer favorável da Câmara Técnica de
Assuntos Legais e Institucionais; e Deliberação do CERH/MS em sua 20ª Reunião
Ordinária,

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê de
Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, na forma do anexo desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua
publicação.

Carlos Alberto Negreiros Said Menezes.
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

ANEXO

**REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
IVINHEMA**

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E ÁREA DE ATUAÇÃO

Art. 1 - O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema – CBH – IVINHEMA é órgão colegiado de natureza, deliberativa, normativa e consultiva, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, previsto na Lei nº 2.406 de 29 de janeiro de 2002 e instituído pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos 13/2010, de 15 de dezembro de 2010 com prazo de duração indeterminado, será regido por este Regimento e demais disposições legais pertinentes.

Art. 2 - A sede do Comitê será localizada em um dos municípios, com território na bacia hidrográfica proposta pela diretoria e submetida à apreciação do plenário.

Parágrafo único – O comitê poderá ter sedes regionais de acordo com as suas necessidades.

Art. 3 - A atuação do CBH-IVINHEMA localizado no Mato Grosso do Sul compreende a totalidade da área de drenagem da Unidade de Planejamento e Gerenciamento 1.3 – UPG Ivinhema.

Art. 4 - O CBH-IVINHEMA na sua área de atuação desenvolverá suas ações com base na Lei Estadual Nº 2.406/2002 e de acordo com a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em especial, no que se refere à gestão descentralizada, integrada e participativa, entre o Poder Público, os usuários e a sociedade civil.

CAPÍTULO II – DA FINALIDADE

Art. 5 - O CBH-IVINHEMA tem por finalidade:

- I – realizar o planejamento dos usos múltiplos dos recursos hídricos visando o uso racional dos mesmos;
- II – apoiar a integração da gestão ambiental e dos recursos hídricos;
- III – articular a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimento na Bacia;
- IV - apoiar a integração entre as políticas públicas e setoriais, visando o desenvolvimento sustentável da bacia como um todo;
- V - apoiar a articulação e a integração entre os sistemas nacional e estadual de gerenciamento de recursos hídricos, inclusive integrando as políticas municipais e as iniciativas regionais nas sub-bacias, de estudos, planos, programas e projetos às diretrizes e metas estabelecidas para a Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, com vistas a garantir a sustentabilidade ambiental, econômica e social dos recursos hídricos.
- VI - apoiar a execução das ações e exercer as atribuições definidas no âmbito da Política e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, implementando e integrando as ações previstas na Lei 2406/02 e em normas complementares supervenientes.
- VII - apoiar a criação e a integração de instâncias regionais de gestão de recursos hídricos da Bacia, tais como: os comitês de sub-bacias, consórcios intermunicipais, associações de usuários, organizações de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e outras formas de organização.

CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA

Art. 6 - Compete ao CBH-IVINHEMA, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema:

- I - propor e avaliar planos, programas e projetos setoriais para utilização sustentável dos recursos hídricos da respectiva Bacia Hidrográfica;
- II - decidir conflitos entre usuários, atuando como primeira instância de decisão;
- III - deliberar sobre contratação de obra e serviço em prol da bacia hidrográfica, a ser celebrada diretamente pela respectiva Agência de Bacia;
- IV - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- V - aprovar o Plano dos Recursos Hídricos da Bacia e acompanhar a sua execução;
- VI - propor ao órgão gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos quais as acumulações, derivações, captações e lançamentos são de pouca expressão, para



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, de acordo com o domínio destes;

VII - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, aprovando os planos de aplicação decorrentes desta arrecadação;

VIII - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum e coletivo;

IX - aprovar o orçamento anual da Agência de Bacia, na área de sua atuação e com observância da legislação e das normas aplicáveis;

X - aprovar a criação de Sub-comitês de Bacias Hidrográficas na área de atuação, podendo ainda, quando julgar conveniente e indispensável, constituir unidades especializadas de trabalho ou de serviços, bem como câmaras técnicas cujas atribuições, composição e funcionamento serão definidas em ato de criação;

XI - estimular a formação de consórcios intermunicipais e de associações de usuários na área de atuação da bacia, bem como prestigiar ações e atividades em defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos na bacia;

XII - Apoiar a celebração de convênios, acordos e contratos com órgãos e entidades públicas ou privadas nacionais ou internacionais relacionados a gestão de recursos hídricos;

XIII - contribuir com sugestões e alternativas para a aplicação de parcela regional dos recursos arrecadados pelo Fundo Estadual dos Recursos Hídricos;

XIV - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento e decisão do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos compatíveis com a gestão integrada dos recursos hídricos;

XV - desenvolver demais ações, decorrentes do cumprimento da Lei no 2.406/2002 e da sua regulamentação;

XVI - desenvolver e apoiar iniciativas em educação ambiental em consonância com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;

XVII - realizar e promover eventos, tais como, audiências públicas, congressos, simpósios, seminários e conferências, com o propósito de difusão e disseminação do uso racional dos Recursos Hídricos bem como das finalidades e competências do CBH - IVINHEMA;

XVIII - aprovar o calendário anual de reuniões.

CAPÍTULO IV – DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Art. 7 - O CBH-IVINHEMA será composto por representantes do poder público usuário e da sociedade civil de forma paritária, compreendendo as seguintes representações:

I – Poder público federal incluindo a FUNAI totalizando dois representantes;

II – Poder público estadual com três representantes;

III – Poder público municipal, cujos territórios se situam total ou parcialmente na bacia, com seis representantes;

IV – Usuários de recursos hídricos, com onze representantes, distribuídos entre os segmentos descritos a seguir:

- a) saneamento Básico;
- b) indústria;
- c) irrigação;
- d) agricultura;
- e) hidroviário;
- f) pesca;
- g) aquicultura;
- h) turismo e lazer;
- i) geração hidroenergética;
- j) pecuária;
- k) mineração

V – Entidades da sociedade civil de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia, com onze representantes, distribuídas de acordo com as categorias:

a) consórcios e associações intermunicipais cujas ações incidam nos recursos hídricos;

b) organizações técnicas, de ensino, extensão e pesquisa com interesse e atuação comprovada na área dos recursos hídricos;

c) organizações não governamentais com objetivos, interesses e atuação comprovada nos recursos hídricos da Bacia do Ivinhema.

d) comunidades indígenas residentes na área de atuação.

§ 1º - A composição do Comitê limitar-se-á ao número máximo de trinta e três membros titulares sendo que cada membro poderá ter apenas um suplente.

§2º - A posse dos representantes das entidades membro eleitas ocorrerá em até 30 dias após o processo eleitoral de renovação do Plenário, que será de



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

responsabilidade de uma comissão especialmente nomeada para este fim, sob a Coordenação do Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 8 - A escolha dos representantes titular e suplente do Poder Público Municipal, dos usuários e sociedade civil obedecerão aos seguintes critérios:

I - do Poder Público Municipal serão eleitos em assembléia dentre os municípios com área física na Bacia.

II - dos usuários, serão eleitas em Assembléia a ser realizada dentre as organizações cadastradas no CBH-IVINHEMA e que fazem uso, direto ou indireto, das águas superficiais ou subterrâneas existentes na bacia;

III - das sociedades civis serão escolhidas em Assembléia dentre as entidades não governamentais legalmente constituídas com pelo menos 2 anos de atuação comprovada e com ações relacionadas e comprovadas aos recursos hídricos.

CAPÍTULO V – DA INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES MEMBROS

Art. 9 - A indicação dos representantes será realizada da seguinte forma:

I – Dois representantes da União, sendo um da FUNAI, indicado pelo escritório regional no Estado, o outro indicado pelo Ministério do Meio Ambiente por intermédio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano;

II - Os representantes do Poder Público Estadual serão indicados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia;

III – os representantes do Poder Público Municipal serão indicados pelos prefeitos dos municípios eleitos nas assembléias dentre seus pares;

IV – os representantes dos usuários serão indicados pelos dirigentes das entidades que forem eleitas nas assembléias dentre seus pares;

V – os representantes das organizações civis serão indicados pelos dirigentes das entidades que forem eleitas nas assembléias dentre seus pares.

Art. 10 - Aos representantes das entidades membro do CBH-IVINHEMA compete além das atribuições conferidas na Lei nº. 2.406/2002 e no artigo 60 deste regimento, promover e auxiliar ou desenvolver atividades ou ações que estejam a eles relacionadas.

Art. 11 - Em caso de extinção de qualquer entidade ou órgão membro caberá ao respectivo segmento proceder à indicação de seu substituto, dentre os cadastrados e habilitados no processo de eleição do respectivo mandato.

CAPÍTULO VI – DA ESTRUTURA, DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS E DIRIGENTES DO CBH-IVINHEMA

Art. 12 - O CBH-IVINHEMA é composto, de forma paritária, por representantes do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, de usuários de recursos hídricos e de entidades da sociedade civil organizada sendo constituído pelos seguintes órgãos:

I - Plenário;

II - Diretoria;

III – Secretaria Executiva;

IV - Câmaras Técnicas;

Seção I - Do Funcionamento do Plenário

Art. 13 - O Plenário é o órgão deliberativo do CBH-IVINHEMA, composto de acordo com o art. 7º deste Regimento.

Art. 14 - O Plenário do CBH-IVINHEMA reunir-se-á, ordinariamente, três vezes por ano, sendo uma reunião por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por número equivalente a um terço do total dos seus membros.

Parágrafo Único. As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBH-IVINHEMA serão públicas.

Art. 15 - As reuniões serão realizadas em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos membros (17 membros), após trinta minutos da primeira convocação, em segunda convocação com o número mínimo 11 membros.

Art. 16 - As convocações para as reuniões do CBH-IVINHEMA serão feitas com antecedência mínima de trinta dias, no caso de reuniões ordinárias e, de quinze dias, para as reuniões extraordinárias.



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

§ 10 A convocação indicará, expressamente, a data, hora e local em que será realizada a reunião, conterá a pauta e será encaminhada aos membros do Comitê do CBH Ivinhema, com confirmação do seu recebimento.

§ 2º O encaminhamento conterá as informações sobre os assuntos a serem objeto de decisão, exceto os requerimentos de urgência, devendo constar: minuta da ata da reunião anterior, e cópia das Deliberações e Moções nela aprovadas; instituições convidadas; e minuta das Deliberações e Moções a serem apreciadas.

Art. 17- Não havendo quorum para a realização da reunião ordinária, haverá nova convocação, no prazo de até dez dias da primeira convocação, que deverá atender o quorum definido neste Regimento.

Art. 18- O Plenário definirá o(s) local(ais) onde será(ão) realizada(s) cada reunião ordinária do CBH-IVINHEMA, e para as reuniões extraordinárias serão decididas na convocação.

Parágrafo Único. O calendário anual das reuniões ordinárias deverá ser aprovado pelo Plenário.

As reuniões ordinárias e extraordinárias, quando convocadas pela Presidência, terão suas pautas preparadas pela Secretaria Executiva e aprovadas pelo Presidente, delas constando necessariamente:

- I - abertura de sessão e verificação de quorum;
- II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior
- III – Decisões “ad referendum”;
- III - expediente
- IV - apreciação de cada tema objeto da pauta da reunião, seguida de debates;
- V - comunicações;
- VI - votação e decisão;
- VII - encerramento.

§ 1º A leitura da ata em plenária poderá ser dispensada se o seu conteúdo for de conhecimento prévio de todos

§ 2º. A inclusão de expediente dependerá de aprovação da plenária.

§ 3º - Os documentos que venham a ser objeto de pedido de vistas em uma reunião ordinária ou extraordinária integrarão obrigatoriamente, a pauta da reunião seguinte para apreciação, não podendo ser retirados da pauta por novo pedido de vistas, a não ser por decisão de dois terços dos membros do CBH-IVINHEMA

§ 4º -. Quando as reuniões extraordinárias forem convocadas pelos seus membros conforme artigo 14 desta resolução, a pauta será preparada pelos convocantes.

Art. 19 - O Presidente da reunião, por solicitação justificada de qualquer membro do CBH-IVINHEMA e por deliberação do Plenário, poderá determinar a inversão da ordem dos debates e votação das matérias constantes da pauta ou adiar a decisão de qualquer matéria submetida ao CBH-IVINHEMA.

Art. 20 - As Deliberações e as Moções do CBH-IVINHEMA serão tomadas por consenso ou por maioria simples dos presentes.

§ 1º As votações serão nominais e abertas.

§ 2º Qualquer membro do CBH-IVINHEMA poderá abster-se de votar.

§ 3º O Presidente da reunião votará apenas no caso de empate nas decisões.

Art. 21 - Os membros suplentes terão direito a voto apenas na ausência do membro titular.

Art. 22 - A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário poderá ser apresentada por quaisquer dos membros do CBH-IVINHEMA.

Parágrafo único: A matéria de que trata este artigo será encaminhada à Secretaria Executiva do CBH-IVINHEMA, que proporá ao Presidente a sua inclusão na pauta da reunião, conforme a ordem cronológica de sua apresentação, ouvidas, quando couber, as Câmaras Técnicas competentes.

Art. 23 - O Plenário se manifestará por meio de:

- I - Resolução, quando se tratar de decisão sobre matéria normativa vinculada à competência legal do CBH-IVINHEMA;



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

II - Moção, quando se tratar de manifestação de qualquer outra natureza, relacionada com as finalidades do CBH-IVINHEMA, definidas no art. 5º deste Regimento.

III – Deliberação quando se trata de decisão de assunto de competência do Comitê, devidamente registrado em ata e oficiado aos interessados.

Parágrafo único: As decisões do CBH – IVINHEMA terão a forma de Resolução Moção e Deliberação, dando-se conhecimento formal às partes diretamente interessadas, com confirmação de recebimento.

Art. 24 - Para o cumprimento de suas finalidades, sempre que o Comitê considerar pertinente poderá convocar consultas e audiências públicas para ampliar o debate sobre as questões relacionadas aos recursos hídricos de sua área de abrangência.

Art. 25 - As atas deverão ser redigidas de forma sucinta, aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário e, posteriormente, tornadas públicas, em especial por meio do site do CBH-IVINHEMA, na Internet.

Art. 26 - Nos pedidos de vistas, quando solicitados, serão concedidos automaticamente, ficando estabelecido prazo de trinta dias para manifestação por escrito, sendo possível uma prorrogação de igual período, devendo ser tratado, obrigatoriamente, numa reunião extraordinária.

Seção II - Da Diretoria

Art. 27 - O CBH-IVINHEMA será dirigido por uma Diretoria, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos pelo Plenário dentre os seus membros.

§ 1º - Os mandatos do Presidente, do Vice-Presidente e do Primeiro e segundo Secretário serão coincidentes, de dois anos, podendo ser reeleitos uma única vez para o mesmo cargo. Ao término do primeiro mandato da primeira composição do comitê, cessar-se-á a possibilidade da reeleição da diretoria, independentemente do cargo ocupado.

§ 2º - Os membros da Diretoria só poderão ser destituídos por decisão de dois terços do total dos membros do CBH-IVINHEMA, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

§ 3º - A Diretoria deverá ser composta no mínimo por um representante de cada segmento do Comitê. Na hipótese do representante da entidade membro da diretoria ser substituído, vaga-se o cargo, assume o substituto imediato até a conclusão do mandato, devendo ser imediatamente procedido novo eleição para preenchimento do cargo efetivamente vago.

Art. 28 - Os ocupantes dos cargos da Diretoria não poderão ser substituídos, exceto conforme previsto no art. 27, § 3º, e na forma deste artigo, cabendo, em caso de vacância, a convocação imediata de nova eleição, a ser realizada em até sessenta dias, para o preenchimento da vaga em questão.

§ 1º - O Vice-Presidente é o substituto imediato do Presidente em casos de vacância, ausência ou impedimento temporário.

§ 2º - O Vice-Presidente ocupará o cargo de Presidente definitivamente, em caso de vacância, e conduzirá a eleição de novo membro da diretoria para o cargo de Vice-presidente.

§ 3º - Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, simultaneamente, a Presidência do CBH-IVINHEMA será exercida, interinamente, pelo Primeiro Secretário até a eleição mencionada no caput deste artigo.

§ 4º - Em caso de vacância simultânea dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Primeiro Secretário, o segundo secretário deverá assumir a Presidência e convocar eleição a ser realizada no prazo máximo de sessenta dias.

§ 5º - Em caso de vacância simultânea dos cargos de toda a diretoria, o membro mais idoso do CBH-IVINHEMA deverá assumir a Presidência e convocar eleição a ser realizada no prazo máximo de sessenta dias.



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

§ 6º - A realização da eleição, na forma do parágrafo anterior, dar-se-á para completar o tempo de mandato dos substituídos. No caso de faltar menos de seis meses para a conclusão do mandato, esta eleição será válida para um novo mandato, conforme estabelece este regimento.

§ 7º - A diretoria poderá criar órgão de apoio administrativo ao funcionamento do comitê, desde que haja fonte de recurso para sua manutenção.

Sub-seção I - Das Atribuições do Presidente

Art. 29 - Compete ao Presidente do CBH-IVINHEMA:

- I - exercer a representação legal do CBH-IVINHEMA;
- II - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, dirigir ou indicar qualquer membro para coordená-las;
- III - encaminhar a votação das matérias submetidas à apreciação do Plenário;
- IV - assinar as atas das reuniões, Resoluções, Deliberações e Moções aprovadas em reuniões depois de lidas e aprovadas, juntamente com o Primeiro Secretário;
- V - fazer cumprir as decisões do Plenário;
- VI - decidir, ouvida a Diretoria, sobre os casos de urgência ou inadiáveis, do interesse ou salvaguarda do comitê, "ad referendum" do Plenário, com imediata comunicação aos membros do Comitê.
- VII - representar o CBH-IVINHEMA, ou se fazer representar, em atos a que deva estar presente;
- VIII - promover a articulação do CBH-IVINHEMA com os Comitês existentes, ou organismos de bacias, em sua área de atuação;
- IX - solicitar aos órgãos e entidades os subsídios e informações para o exercício das funções do CBH-IVINHEMA e consultar ou solicitar assessoramento a outras entidades relacionadas com os recursos hídricos e preservação do meio ambiente, sobre matérias em discussão;
- X - convidar especialistas, mediante proposta do Plenário ou das Câmaras Técnicas, para debater questões de relevância para o CBH-IVINHEMA;
- XI - exercer as demais competências constantes neste Regimento Interno;
- XII - zelar pelo cumprimento do Regimento Interno;
- XIII - designar relatores para assuntos específicos.
- XIV - representar diretamente, ou por indicação o membro do CBH-IVINHEMA junto ao CERH;
- XV - elaborar o programa de trabalho para sua gestão.

Sub-seção II - Das Atribuições do Vice-Presidente

Art. 30 - Compete ao Vice-Presidente do CBH-IVINHEMA, substituto imediato do Presidente, auxiliá-lo em suas atribuições e substituí-lo em seus impedimentos, quando necessário.

Parágrafo Único - O Vice-Presidente será o responsável pela articulação entre a Diretoria e as Câmaras Técnicas.

Sub-seção III - Das Atribuições do Primeiro Secretário

Art. 31 - Compete ao Primeiro Secretário:

- I - encaminhar às Câmaras Técnicas, para análise e parecer, assuntos de sua competência;
- II - adotar providências administrativas necessárias ao andamento dos processos;
- III - propor ao Plenário, no início de cada ano, o calendário anual de reuniões;
- IV - convocar os membros titulares e suplentes às reuniões, organizar a pauta com aprovação do Presidente e assessorar as reuniões do CBH-IVINHEMA;
- V - secretariar as reuniões do Plenário lavrando as respectivas atas e prestando as informações solicitadas, ou que julgar convenientes, sobre os processos ou matérias em pauta;
- VI - assessorar o Presidente e o Vice-Presidente;
- VII - redigir, sob a forma de Deliberação ou de Moções, as decisões tomadas pelo Plenário, arquivando-as nos respectivos processos;
- VIII - colher as assinaturas e registrar a presença dos membros do CBH-IVINHEMA nas reuniões;
- IX - dar encaminhamento às decisões do Plenário;
- X - adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias ao exercício de sua competência;
- XI - expedir as certidões requeridas ao CBH-IVINHEMA, após autorização da Presidência;
- XII - elaborar o Relatório Anual das Atividades do CBH-IVINHEMA;



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

- XIII - cumprir encargos outros que lhe forem atribuídos pelo Presidente ou pelo Plenário, necessários ao desenvolvimento das atividades do CBH-IVINHEMA;
- XIV – coordenar os trabalhos da Secretaria Executiva;
- XV - representar o Comitê por designação do Presidente;
- XVI - auxiliar o Presidente na elaboração do Programa Anual de Trabalho, com os respectivos orçamentos;
- XVII - manter o expediente e os arquivos do Comitê;

Sub-seção IV - Das atribuições do Segundo Secretário

Art. 32 - Compete ao Segundo Secretário do CBH-IVINHEMA, substituto imediato do Primeiro Secretário, auxiliá-lo em suas atribuições e substituí-lo em seus impedimentos, quando necessário.

Sub-seção V – Das Eleições e Posse da Diretoria

Art. 33– A eleição da Diretoria se realizará na Assembléia especialmente convocada para este fim, com a inscrição e apresentação dos candidatos a cada cargo nesta Assembléia.

Art. 34– A eleição será por votação nominal ou por aclamação e será por cargos. Iniciar-se-á a eleição para o cargo de Presidente, depois para Vice-Presidente, depois para 1º Secretário e finalmente, para 2º secretário.

Parágrafo Único: Os Diretores dos cargos de Presidente e 1º Secretário não poderão ser do mesmo segmento.

Art. 35– A posse dos eleitos será imediatamente após a eleição, cabendo à nova Diretoria eleita a condução da reunião a partir o anúncio da sua composição.

Sub-seção VI - Das Câmaras Técnicas

Art. 36- Serão criadas duas Câmaras Técnicas Permanentes, sendo uma de Assuntos Institucionais e Legais e outra de Gestão de Recursos Hídricos.

Art. 37- Outras Câmaras Técnicas poderão ser criadas por Deliberação do Plenário.

Art. 38- As Câmaras Técnicas têm por atribuição o exame de matérias específicas, de cunho técnico, cultural, científico e institucional, para subsidiar a tomada de decisões do Plenário, competindo-lhes:

- I - elaborar estudos e analisar as propostas relativas a assuntos de sua competência;
- II - emitir parecer sobre assuntos que lhe forem encaminhados pelo Presidente do CBH-IVINHEMA;
- III - relatar e submeter à decisão do Plenário os assuntos a elas pertinentes;
- IV - convidar especialistas para prestar informações e elaborar pareceres técnicos sobre assuntos de sua competência.

Sub-Seção VII I - Da Composição das Câmaras Técnicas

Art. 39- Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas a natureza técnica, jurídica e institucional do assunto de sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representadas no CBH-IVINHEMA e a formação técnica dos membros a serem indicados, podendo contar com a colaboração de especialistas.

Art. 40 As Câmaras Técnicas serão constituídas de, no mínimo, três e, no máximo sete membros.

§ 1º - A indicação dos membros das Câmaras Técnicas será feita, exclusivamente por membros titulares do Comitê.

§ 2º - O mandato dos membros das Câmaras Técnicas será de dois anos, renovável por igual período.

§ 3º - Os membros das Câmaras técnicas não necessariamente serão membros do Comitê.

Art. 41- As Câmaras Técnicas serão coordenadas por um de seus membros, indicado em sua primeira reunião, por maioria simples dos votos de seus integrantes.

Parágrafo Único: O regimento de cada Câmara Técnica será elaborado por seus membros e submetido à aprovação do Plenário do CBH-IVINHEMA.

CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CBH-IVINHEMA



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

Art. 42 Aos membros do CBH-IVINHEMA, além das atribuições definidas no Art. 6 compete:

- I - discutir e votar todas as matérias que lhe forem submetidas;
- II - apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação do Plenário;
- III - solicitar vistas de processos, sendo que as manifestações posteriores deverão ser apresentadas por escrito;
- IV - solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, conforme estabelece o art. 14;
- V - propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como prioridade de assuntos dela constante;
- VI - requerer votação, quando pertinente;
- VII - fazer constar em ata o ponto de vista discordante do órgão ou entidade que representa, quando julgar relevante;
- VIII - propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CBH-IVINHEMA;
- IX - votar e ser votado para os cargos previstos neste Regimento;
- X - propor a criação das Câmaras Técnicas;
- XI - participar das Câmaras Técnicas;
- XII - propor a criação da Agência de Bacia.

Art. 43- A participação dos membros no CBH-IVINHEMA, assim como de suas Câmaras Técnicas e seus grupos de trabalho, será considerada de relevante interesse público, não ensejando qualquer tipo de remuneração.

Art. 44- Os membros do CBH-IVINHEMA que praticarem, em nome do mesmo, atos contrários à lei ou às disposições deste Regimento, responderão por esses atos pessoalmente, inclusive podendo ser excluídos do Comitê, por votação de maioria simples dos presentes, observado o quorum regimental.

CAPÍTULO VIII - DA RELAÇÃO COM O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 45- O plenário do CBH-IVINHEMA encaminhará ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, por meio da Diretoria, as informações sobre a composição e Regimento Interno do Comitê e assuntos que a mesma considerar relevantes, bem como as questões de competência deste, conforme previsões legais.

Art. 46- Cabe recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos das decisões tomadas pelo CBH-IVINHEMA.

CAPÍTULO IX - DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

Art. 47- O Representante da entidade que não comparecer a duas reuniões consecutivas do CBH-IVINHEMA, ou três alternadas, diretamente, ou pelo seu suplente, sem justificativa acatada, receberá comunicação do desligamento da sua representação como titular e suplente, sendo formalizada à entidade detentora da vaga a indicação de novos representantes, titular e suplente.

§ 1º - Caso haja reincidência da ausência, a entidade será excluída do Comitê, sendo substituída por outra do mesmo segmento, definida pelo plenário.

§ 2º - Em caso de renúncia de um membro titular ou suplente, cabe a entidade detentora da vaga indicar o substituto.

§ 3º - Caso a entidade renuncie a sua vaga, proceder-se-á nova eleição, com participação das entidades do segmento da entidade renunciante.

Art. 48- No caso de renúncia de um membro, seja ele titular ou suplente, aplicam-se disposições, no que couber dos parágrafos 2º a 3º do artigo anterior.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 49- Entende-se como membro do CBH – IVINHEMA a entidade que for eleita entre seus pares, sendo que a vaga é da entidade e não da pessoa física que a representa.

Art. 50 Caso a entidade (membro), por motivo de força maior tenha necessidade de substituir definitivamente o seu representante no comitê, deverá encaminhar ofício ao primeiro Secretário, apresentando o nome do novo representante.



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

Art. 51- Os mandatos eletivos terão a duração de dois anos, permitida reeleição da entidade por no máximo duas vezes, exceto na primeira composição do Comitê, que terá mandato de quatro anos.

Parágrafo único: Caso na assembléia de eleição do segmento não haja número suficiente de entidades para preenchimento de vagas, conforme artigo 7º abrir-se-á exceção para a eleição de entidades cadastradas, independentemente do número de mandatos no comitê.

Art. 52- Para a participação dos membros do CBH-IVINHEMA, representantes da sociedade civil do segmento de organizações civis não governamentais, estes poderão receber ajuda de custo para participarem das assembléias ordinárias e extraordinárias, sendo que este apoio deverá ser solicitado pela Diretoria do comitê às instâncias superiores.

Art. 53- Este Regimento Interno poderá ser alterado por decisão de maioria simples do total de membros do CBH-IVINHEMA, em reunião Plenária Extraordinária, convocada especificamente para este fim com, no mínimo, trinta dias de antecedência.

Art. 54- Após a criação da Agência de Bacia, as atividades inerentes a gestão financeira e de execução de projetos será exercida por esta agência, conforme artigos, 40, 41 e 42 da Lei nº 2.406/02.

Art. 55- A composição do Plenário do CBH-IVINHEMA, definida neste Regimento só poderá ser alterada, mediante aprovação do CERH.

Art. 56- A Diretoria do Comitê solicitará ao Órgão Gestor de Recursos Hídricos e também a outras instituições públicas e privadas, o apoio necessário ao funcionamento do CBH-IVINHEMA, bem como para a competente implementação dos instrumentos previstos na Lei nº 2.406/02.

Art. 57- Para o funcionamento do Comitê, por este não possuir personalidade jurídica, uma entidade membro do Comitê poderá firmar convênio ou termo de cooperação técnica e financeira em nome do Comitê, mediante proposta devidamente aprovada em plenária pelos membros do Comitê, com a finalidade de promover a implementação e sustentabilidade do colegiado, considerando ainda que seja analisado e aprovado o plano de aplicação dos recursos financeiros e da prestação de contas.

Art. 58- Este Regimento Interno entrará em vigor, após aprovado pelo plenário, na data da sua publicação.

Art. 59- Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário.

Campo Grande, 15 de Dezembro de 2011